COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS DE GOIÂNIA

Gardene Leão de Castro Mendes

Resumo: o objetivo deste estudo é analisar as abordagens do jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Focamos especificamente em violência policial porque, em Goiânia, nos últimos anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens aumentaram consideravelmente. Através da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar, na formatação das notícias, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Percebemos que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais.

Palavras chave: comunicação, juventude, agendamento, violência.

O presente estudo teve como objetivo analisar como foram feitas as abordagens do *Jornal O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Tal projeto encontrou motivação, primeiramente, na importância de se falar sobre juventude, já que esse é um tema que vem sendo discutido amplamente não só na academia, mas na sociedade em geral e nos meios de comunicação. Além disso, sabemos que os meios de comunicação, não raro, tratam a temática da juventude de forma genérica, com alarde, para atrair a atenção de seu público leitor. Como afirma Carmo (2001, p.11): “No Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência”.

Ainda segundo o autor, a mídia, buscando suprir seus leitores com notícias, tenta fazer reportagens instigantes que muitas vezes não abor-

dam a totalidade dos fatos e acabam deturpando-os, cometendo alguns exageros.

A imprensa, muitas vezes no afã de relatar casos interessantes, transforma um crime envolvendo um grupo de rapazes com tênues ligações entre si em uma ação de gangue organizada. Na pressa para obter dados, pode-se transformar um bando de arruaceiros em gangue organizada, o que torna maior o interesse dos leitores (CARMO, 2001, p. 12).

Outro fator que nos motivou a estudar esse objeto é que as pesquisas sobre a mídia goiana não contemplam a problemática da violência policial em reação à juventude, conforme pesquisado nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Scientific Electronic Library Online (Sielo).

Como está descrito na pesquisa do Projeto Juventude, feita pelo Instituto Cidadania, os brasileiros de 15 a 24 anos somam 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 9)

A pesquisa do Projeto Juventude também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta” (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.13). Como resultado dessa realidade, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros.

Em Goiânia, a juventude também representa uma grande parcela da população. Segundo os dados do IBGE, divulgados em 1996 e 1997, existem 221.000 jovens na cidade, na faixa etária de 15 a 24 anos, representando 22,1% de sua população total.

Um dos grandes problemas relatados pelos jovens goianienses, segundo a pesquisa Retratos da Juventude Goiana (2001), é a violência, apontada como um dos maiores incômodos pela maioria dos garotos do sexo masculino de 15 a 16 anos.

“São índices acentuados que indicam preocupação dos jovens, demandando, na opinião dos entrevistados, uma ação firme e objetiva sobre o assunto” (ASSESSORIA ESPECIAL DE JUVENTUDE, 2001, p.73)

Como podemos perceber, a juventude representa uma grande parcela da população brasileira e goianiense que vivencia situações de exclusão e violência. Por isso o interesse em verificar de que forma a realidade da violência é relatada pela mídia à população, em especial

pelo jornal *O Popular*, por esse ser um importante veículo formador de opinião em Goiás.

Focamos em nosso trabalho especificamente a violência policial devido ao fato de que, em Goiânia, nos últimos dois anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens vêm aumentando consideravelmente.

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, n° 33).

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis, inclusive do estado. O Comitê também pretende identificar outras situações em que a população encontra-se sujeita às arbitrariedades policiais - como nos casos de saques aos comerciantes, agressões aos trabalhadores ambulantes e à juventude da periferia. Conforme está relatado na carta de lançamento do comitê:

O Estado de Goiás figura entre os sete estados em que mais ocorrem homicídios cometidos por policiais no Brasil. Exemplo da abordagem truculenta policial foi o que aconteceu com o jovem Lindomar Pedroso de Araújo, de 22 anos na época, que fora detido, sofreu tortura e, após seis meses da prisão, foi morto dentro de casa. Esse caso teve pouca repercussão na mídia. Registra-se que grande parte dos fatos delituosos cometidos por policias ocorrem na periferia de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, sendo que os mesmos não se identificam quando das abordagens (COMITÊ, 2006, p. 2).

Esse grande aumento dos números de casos de violência policial contra jovens nos motivou a verificar como o jornal *O Popular* relatou esses casos no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Escolhemos esta data porque o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial foi fundado no dia 28 de abril de 2006 e porque quisemos verificar como o jornal *O Popular* cobriu esse evento.

Para analisar as notícias publicadas, utilizamos, como referencial teórico, a teoria do enquadramento. Conforme afirma Lima (2006), essa

teoria é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido. Para realizar esse enquadramento, aspectos como ideologia, normas e posicionamento político do veículo de comunicação diante de determinados temas são fundamentais.

Ao ressaltar certos aspectos, destacando-os ou excluindo-os, o enquadramento da notícia pode levar a uma percepção de um fato diferente do que ele provocaria se esse enquadramento não acontecesse. Logo, o enquadramento ajuda a determinar como a notícia será apresentada ou até mesmo se um fato será transformado em notícia. Segundo Bonfim (2005, p. 77),

O método de interpretação baseado nos enquadramentos estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia ou na construção da 'estória'. Dispositivos de enquadramento são: metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e imagens.

Assim, através da teoria do enquadramento, analisamos, na formação das notícias sobre os casos de violência policial contra jovens divulgadas no jornal *O Popular*, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Vale destacar que até mesmo a omissão de fatos ou de detalhes de determinadas notícias são fatores importantes nessa categoria de análise.

ANÁLISE DAS MATÉRIAS QUE ABORDARAM A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS

Ao fazer a análise das notícias sobre violência policial publicadas no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, período em que foi lançado o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial (26 de abril de 2006), encontramos 15 matérias relacionadas com a temática juventude e violência.

Destas, quatro trataram diretamente dos casos de violência policial contra jovens; uma apontou o controle e combate à violência como sendo uma das principais demandas sociais de Goiás; três apresentaram jovens assassinados, sem apontar os culpados e quatro apresentaram casos de jovens que cometeram crimes.

Percebemos que foram poucas (somente quatro) as notícias do *O Popular* que abordaram diretamente a questão da violência policial contra jovens no período pesquisado.

Em nossa análise, verificamos que o principal enquadramento que *O Popular* deu na publicação das notícias sobre a violência policial contra jovens foi o direito de defesa da polícia.

A versão divulgada e os enfoques das matérias foram direcionados pela Gerência de Correições da PM. Não há entrevistas com familiares das vítimas, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiânia ou com o Ministério Público do Estado.

Sabemos do peso e o papel da mídia na formação de opiniões e no debate público. Por isso consideremos que seria importante a apresentação dos casos de violência policial de forma imparcial, já que o tema atinge e aflige diretamente a população.

ENTREVISTA COM SILVANA BITTENCORT, EDITORA DO CADERNO CIDADES DO O POPULAR

Com o objetivo de buscar mais informações sobre como o jornal *O Popular* divulgou os casos de violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, fizemos uma entrevista com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades*, no ano de 2006.

Nesta entrevista, Silvana afirmou que acompanhou os casos de violência policial contra jovens e que o jornal fez uma ampla cobertura dos mesmos, por chamarem a atenção do público.

Contudo, essas afirmações contradizem os dados desta pesquisa, já que, no mês do lançamento do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, foram publicadas apenas quatro matérias enfocando esta temática.

Quando perguntada sobre como foi a cobertura do jornal *O Popular* sobre o lançamento do Comitê, que aconteceu no dia 28 abril de 2006, na Assembléia Legislativa de Goiás, Silvana respondeu: “Acompanhamos o lançamento e divulgamos no jornal. Como falei anteriormente, o tema chegou a provocar reportagens especiais sobre o assunto”.

Contudo, nossa pesquisa não encontrou nenhuma matéria nesse período citando a criação do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial. Nas quatro notícias publicadas, o comitê não foi citado e nem foi procurado como fonte de informações.

Ainda perguntada sobre as fontes para as notícias de violência policial contra jovens, ela afirmou: “Familiares de vítimas, com o direito da polícia se manifestar e sempre responder as acusações feitas”.

Conforme verificamos na análise das matérias publicadas neste período, em todas elas existiu o direito da polícia se manifestar e responder

às acusações. Contudo, as famílias, na maioria dos casos, não foram procuradas para dar seus depoimentos.

Também é interessante lembrar que ela considera que o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial “...é uma importante forma de união e defesa das famílias de vítimas, que normalmente sofrem pressões, ameaças e têm poucas chances de conquistar seus direitos”. No entanto, mesmo admitindo a importância desse comitê, o jornal não publicou nada sobre o seu lançamento e não o procurou como fonte para a construção das notícias.

A jornalista afirmou que *O Popular* dá transparência às notícias publicadas sobre os casos de violência policial contra jovens já que ele procuraria todas as possíveis fontes (familiares e polícia) para a construção destas matérias. Entretanto, na prática, durante a análise das notícias públicas sobre a temática da violência policial contra jovens, percebemos que isto não aconteceu, o que contradiz grande parte do seu discurso.

Na fala da jornalista tudo parece ocorrer com equidade e o jornal parece dar importância ao tema da violência policial contra jovens, publicando, supostamente, as notícias com imparcialidade. Todavia, ao confrontar seu discurso com a análise das matérias publicadas pelo *O Popular* no período desta pesquisa, percebemos que o enfoque do jornal é o do direito de defesa da polícia, sem dar destaque ou espaço de resposta para as famílias das vítimas da violência policial.

ENTREVISTA COM DIVINO RODRIGUES BARCO, MEMBRO DO COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL

Para trazer mais elementos de análise para esta pesquisa, fizemos uma entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial. Divino é pai de Rodrigo Dias Barco, que aos 19 anos foi assassinado por policiais militares, em Goiânia, Goiás.

Perguntado sobre como era a relação do jornal *O Popular* com o Comitê na época de seu lançamento, ele afirmou que esta relação era praticamente inexistente. Também disse, ainda, que o jornal utilizava sempre a polícia como fonte de informação, sendo que os familiares eram poucas vezes ou quase nunca procurados para dar sua versão dos fatos. Segundo ele:

A relação praticamente não existia. O Comitê não era reconhecido ainda e o Jornal O Popular não tinha interesse em fazer cobertura dos casos de violência policial porque o objetivo dele era acobertar os feitos da polícia, dando continuidade pelo corporativismo por ele praticado.

Os jornalistas só tinham ouvidos para a polícia. Eu tentei procurar o jornal para ter o direito de resposta de acordo com a notícia que eles soltaram, eles enrolaram e não me deram direito de resposta.

Divino também afirmou que o Jornal *O Popular* transformou seu filho em bandido para justificar a ação da polícia.

O que eles fizeram foi transformar meu filho em bandido. No caso do meu filho, ele nunca teve passagem pela polícia, nunca foi a uma delegacia nem para prestar depoimento. Ele trabalhava, ganhava bem, 900 R\$, um salário bom para uma pessoa nova. Nas notícias publicadas, ele foi colocado como se fosse bandido, como se ele tivesse trocado tiros com a polícia. O próprio laudo cadavérico desmente a versão dos policiais. Eles disseram que o meu filho lutou e o laudo disse que ele não tinha nenhuma lesão nos braços e nas pernas que indicasse luta. Meu filho foi executado de joelho. O exame cadavérico releva que no primeiro tiro ele foi eliminado. Eles deram seis tiros e tudo bem caracterizado, de cima para baixo. A pessoa não precisa ser um especialista para saber que se o tiro vem de cima para baixo, o executor dos disparos estava em cima de uma casa ou o menino está de joelhos. Então como poderia ter havido luta corporal? Isso não existe.

Lembrando que, conforme verificamos na análise das matérias publicadas no período do lançamento do Comitê, foi afirmado que na maioria dos casos em que os jovens foram assassinados por policiais houve confronto com a polícia. Como ilustra a notícia publicada no dia no dia 06 de março de 2006:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1º Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, 2006, p. 3).

Isso contradiz o depoimento de Divino, que afirmou que seu filho nunca teve passagem pela polícia. Por isso deduzimos que o jornal utilizou a polícia como fonte das informações, sem confrontá-las com os depoimentos dos familiares, atitude essa que daria uma visão mais alargada do assunto, o que diminuiria a parcimônia.

Divino ainda reafirmou, durante a entrevista, que a única fonte de informações do jornal *O Popular* foi a polícia:

O jornal O Popular sempre coloca a versão da polícia. Era só com o fato consumado no local. Difícilmente procuravam os pais das vítimas para contrastar as duas versões, soltando assim, a versão que eles concluíam de forma irresponsável e agonizante para os familiares...

Para concluir, ele ainda faz um pedido:

Eu gostaria que esses jornais ouvissem os dois lados, que existisse justiça. O Jornal O Popular está começando a cair porque está faltando a verdade. Na cobertura da violência, eles só amparam a classe mais forte e a classe mais fraca fica desfavorecida. O jornal, além de ter um preço exorbitante, não ampara os desfavorecidos. Eles dão sustentação à elite que eles carregam...

Diante deste depoimento e da análise das notícias publicadas pelo Jornal *O Popular* de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o depoimento de Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades* do jornal *O Popular*, em algumas partes, contradiz com o que de fato aconteceu naquele período.

Isto porque, na maioria dos casos, as famílias e o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* não foram procuradas para dar sua versão sobre os fatos.

Lembrando que o depoimento de Divino reforça a idéia de que os casos publicados pelo jornal, onde as vítimas são colocadas, muitas vezes, como bandidos, não condizem com o depoimento dos pais, que afirmam que seus filhos nem mesmo tinham passagem pela polícia.

CONCLUSÃO

Diante da análise dos casos de violência policial contra jovens publicados no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais. Esse enquadramento teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial.

Confrontando essa realidade com os depoimentos apresentados pelos familiares das vítimas da violência policial, percebemos que o enfoque das matérias é tendencioso no sentido de justificar as atitudes da polícia, que estaria sempre disposta a investigar e colaborar para que o problema se resolva.

Conforme a citação da publicação *A Nova Democracia* (2007), em Goiás, policiais militares cometeram homicídios contra pessoas que, em grande parte, não tinham passagem pela polícia:

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia (A NOVA DEMOCRACIA, 2007).

Esses dados e os depoimentos dos familiares contradizem a versão publicada pelo jornal *O Popular*, que afirma que a maioria das vítimas da violência policial já teve passagem pela polícia.

Esses dados também contradizem depoimentos de pesquisadores como Pinheiro (ILANUD, p.124) que afirma que os policiais, trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus-tratos etc.

No documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos (ILANUD, p.124).

O documento também aponta que os policiais militares são grandes responsáveis por homicídios de jovens.

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar. A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo dis-

ponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais (ILANUD, p.124).

O material ainda aponta uma pesquisa que demonstra que, de acordo com as características descritas nos processos de crimes contra adolescentes e jovens, fica claro que eles foram executados.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já haviam testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia (ILANUD, p.125).

Assim, o relato conclui:

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e, quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança (ILANUD, p.125)

Essa realidade de abuso de poder exercido pela polícia deveria ser relatada na íntegra pelos meios de comunicação, colocando, pelo menos, as duas versões dos fatos, a das famílias e vítimas da violência policial e a da polícia. Contudo, conforme percebemos nessa pesquisa, o enquadramento dado foi apenas para a versão da polícia.

Sabendo da importância e o poder dos meios de comunicação, especificamente do jornal *O Popular* - um dos principais veículos de comunicação impressa de Goiás - é imprescindível que o mesmo busque maior imparcialidade e veracidade, citando elementos de todas as possíveis fontes em suas matérias.

Mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. Por isso a importância de saber se posicionar diante das informações divulga-

das pelos veículos de comunicação, ultrapassando os casos de manipulação, a falta de crítica e a homogeneização do conteúdo transmitido.

Não podemos generalizar a afirmação de que o todo o conteúdo publicado pelo *O Popular* sobre os casos de violência policial é tendencioso, visto que nosso foco de pesquisa foi delimitado em um pequeno período, de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Para afirmações mais contundentes, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, com um foco mais amplo de análise.

Aqui abrimos a questão para que, no futuro, outras pesquisas sejam realizadas buscando analisar a cobertura dos casos de violência policial contra jovens feita pelos veículos de comunicação goiana.

Deixamos essa provocação para outros pesquisadores continuem essa caminhada, através da análise deste tema de grande importância para a sociedade e, de modo especial, para a juventude, carente de políticas públicas e de uma atenção maior por parte dos governantes, dos meios de comunicação, das várias instituições e da sociedade.

Referências

A NOVA DEMOCRACIA, ano V, n° 33, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

BONFIM, W. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro*, no ano de 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 174 p.

CARMO, P. S. Juventude no singular e no plural. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). *Cadernos Adenauer II, nº6, As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CIDADANIA, INSTITUTO. *Projeto Juventude*. Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004.

COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL. Quando a dor vira resistência. Disponível em <<http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1021>> Acesso em: 14 set. 2007.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/Cap_06.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2007.

JUVENTUDE, Assessoria Especial. *Retratos da Juventude Goiana*. Goiânia: [s.n.], 2001.

LIMA, V. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

O POPULAR, Goiânia, 16 mar. 2006. p. 3. Cidades.

Abstract: this study is to analyze the approaches of the newspaper “O Popular” on police violence against youth in the period from April 15 to May 15,

2006. *We focus specifically on police violence, because in Goiania, in recent years, according to the Human Rights Commission of the Legislative Assembly of the Goiás State, cases of police violence against young people has increased considerably. Through the framework of the theory, an analytical tool of the media content, we seek to verify the formatting of news, information which will assist the public to a certain interpretation of facts. We realize that the framework is made of the presumption of guilt of innocence of youth and the police.*

Key words: *communication, youth, scheduling, violence*

GARDENE LEÃO DE CASTRO MENDES

Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-Graduada em Juventude no Mundo Contemporâneo - Faculdade Jesuíta (FAJE) e Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude. Graduada em Relações Públicas pela UFG. Vinculada à Casa da Juventude, Revista *Viração* e Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude. E-mail: gardeneleao@gmail.com.